

no Brasil. Na medida em que apresenta um conjunto complexo e amplo de relações que se foram estabelecendo historicamente entre o Estado, os professores, as instituições de formação, os *experts* — especialistas dos saberes pedagógicos —, e os movimentos associativos, este modelo representa a possibilidade de uma análise pluridimensional da questão da profissão docente.

Mais do que responder à pergunta se os professores são ou não profissionais, segundo Nóvoa, é necessário identificar e analisar as lutas e os esforços dos professores na busca da profissionalização de sua atividade, as ações que os docentes empreenderam ao longo da história para obtenção de certos privilégios econômicos e sociais, os paradoxos do controle do Estado sobre a profissão, por um lado, e, por outro, da aceitação por parte dos professores da tutela desse mesmo Estado.

No período do pós-Segunda Guerra Mundial houve, segundo Nóvoa, uma reconfiguração da profissão docente. Desta perspectiva, questões como a racionalização e a privatização do trabalho docente, a definição de uma nova ética da profissão, a importância que adquire a colaboração entre os professores e as comunidades locais, o pertencimento a uma organização escolar como aspecto constitutivo da identidade profissional docente, o desenvolvimento pessoal e o engajamento coletivo, o compromisso pedagógico, entre outras, são abordadas pelo autor de uma forma complexa e que caracterizam, segundo ele, uma nova cultura profissional. Uma das questões fundamentais que Nóvoa analisa é, sem dúvida, a dos paradoxos dos discursos sobre a profissão docente: de um lado, um

discurso que deposita todas as esperanças de um futuro melhor na escola e no trabalho dos professores; de outro, um discurso e uma prática que continuam a desqualificar, a desvalorizar e a culpabilizar os docentes pelas mazelas sociais.

Trazendo à tona esses paradoxos e essas contradições parece-me um importante investimento de pesquisa também para países como o Brasil, que está vivendo processos de reformas curriculares e mudanças das legislações educacionais e dos sistemas escolares. Mais do que nunca o debate educacional tem estado na pauta de políticos, de administradores, de economistas, de empresários, de sindicalistas etc. Como este debate tem caracterizado a profissão docente, discutir quais são seus paradoxos e quais os significados desses discursos para as identidades profissionais dos professores, são algumas das contribuições que pesquisas dessa natureza podem trazer para a realidade brasileira. Trabalhos como os do professor Nóvoa são indicadores significativos da importância destas questões. Mais do que isto, penso que as pesquisas sobre profissão docente no Brasil tem se debatido nos últimos anos em torno da problemática da profissionalização  $\times$  proletarização, cristalizando as análises e polarizando a questão. Certamente os trabalhos de António Nóvoa, publicados nesse livro, muito especialmente o Capítulo IV e o Capítulo V, poderão trazer novos elementos teóricos e metodológicos para a análise da profissão docente no Brasil.

*Eliane Teresinha Peres*  
Universidade Federal de Pelotas;  
doutoranda na Universidade Federal de Minas Gerais e bolsista da CAPES na Universidade de Lisboa

RIBEIRO, Vera Maria Masagão.  
*Alfabetismo e atitudes: pesquisa com jovens e adultos*. Campinas: Papirus/São Paulo: Ação Educativa, 1999. 255 p.

A apresentação dessa obra, feita por Magda Becker Soares, ressalta suas contribuições no sentido de discutir o alfabetismo em lugar do analfabetismo, o que é preocupação dominante no que se refere à educação de jovens e adultos, e também no sentido de não se limitar apenas a uma discussão teórica ou ideológica. O livro proporciona ao leitor um amplo panorama sobre o tema do domínio da língua escrita e suas relações nas dimensões individuais e sociais.

O trabalho brilhantemente relatado no livro derivou de um grande projeto de pesquisa sobre o analfabetismo funcional, promovido e coordenado pelo OREALC – Escritório Regional de Educação para a América Latina e o Caribe, da UNESCO, em cooperação com sete países: Paraguai, Argentina, Chile, Brasil, Colômbia, Venezuela e México.

Vera Ribeiro apresenta um exaustivo estudo quantitativo realizado entre mil jovens e adultos de 15 a 54 anos, residentes na cidade de São Paulo, complementado por uma análise qualitativa na qual se investiu na compreensão das atitudes que estão por detrás do desempenho nos testes de leitura e escrita propostos pela pesquisa.

No primeiro capítulo, “As teorias do alfabetismo e o problema da pesquisa”, a autora faz uma “varredura” nos pontos de vista de teóricos de várias áreas do conhecimento sobre a questão do alfabetismo e suas implicações psicossociais: Afirma que há quatro

décadas o tema tem sido foco de estudos que consideram principalmente as influências da disseminação da palavra escrita e impressa na conformação das instituições sociais e no desenvolvimento econômico, ou, do ponto de vista psicológico, as conseqüências da aprendizagem e do uso da escrita nos modos de funcionamento cognitivo.

Nesse capítulo, Vera Ribeiro levanta a polêmica, atualmente ainda muito pertinente, da escrita considerada ou como um “divisor de águas” que distinguiria o pensamento dos povos ágrafos e dos povos que se utilizam da escrita, tomando estes últimos como superiores aos primeiros, ou como um instrumento forjado pelas e nas sociedades letradas, mas que não necessariamente leva à superioridade cognitiva de um tipo de sociedade sobre outro.

Arrolando pontos de vista dos principais pensadores do alfabetismo, tais como Goody e Watt, Walter Ong, David Olson, Vygotsky e Luria, Scriber e Cole, Street, Marta Kohl de Oliveira, Shirley Heath, entre outros, a autora destaca as idéias fundamentais defendidas por cada um deles e contrapõe seus próprios pontos de vista, oferecendo assim uma consistente base teórica para quem estuda esse tema.

Dada a natureza complexa do alfabetismo como fenômeno cultural, a pesquisadora aponta para o perigo das generalizações precipitadas e reducionismos simplistas, destacando três pontos críticos recorrentes nos debates em torno do tema. O primeiro está presente nas relações entre as dimensões social e individual do alfabetismo, já que nem todos os indivíduos se beneficiam igualmente dos produtos culturais mas, de

qualquer forma, são influenciados por eles. Este fato torna complicado testar empiricamente as conseqüências do alfabetismo.

O segundo ponto crítico está presente na relação do alfabetismo com a escolarização. Até que ponto e como a escolarização promove o alfabetismo? Que tipos de atividades escolares promovem habilidades cognitivas como o pensamento descontextualizado, capacidade de explicitar verbalmente processos mentais e outras definidoras da modalidade de pensamento letrado?

O terceiro ponto diz respeito às condições em que se podem estabelecer relações entre o alfabetismo e as características psicológicas dos indivíduos ou grupos. Aqui, Vera Ribeiro confirma a impropriedade da idéia de que a linguagem escrita em si constitui um divisor de águas entre culturas tradicionais e modernas ou que possa produzir mudanças psicológicas como o pensamento categorial, por exemplo.

Neste exato ponto, a autora introduz sua postulação sobre a relação entre leitura e escrita e as atitudes dos indivíduos, que é o que busca explicitar sua pesquisa: “não se pode também perder de vista a reciprocidade das relações entre as habilidades de leitura e escrita, por um lado, e as orientações atitudinais dos indivíduos por outro, ou seja, devemos sempre considerar que tanto as habilidades de leitura e escrita dos sujeitos viabilizam que eles se dediquem a certas atividades ou se inclinem a atuar num certo sentido ante uma situação, como também que suas atividades ou inclinações criam as oportunidades de que suas habilidades de leitura e escrita se desenvolvam num sentido determinado”.

No final deste capítulo, a autora resume as características da

pesquisa explicitando as etapas quantitativa e qualitativa que abrangeram um questionário, um teste de competências sociais e de trabalho elaborado por Isabel Infante, coordenadora do projeto, e entrevista, em relação direta de interlocução.

Nos segundo e terceiro capítulos, Vera Ribeiro relata detalhadamente o percurso transcorrido na etapa quantitativa da pesquisa e os resultados obtidos. Foram realizados testes de leitura considerando-se a compreensão de textos em prosa (jornalísticos e instrucionais), textos esquemáticos (gráficos, tabelas, formulários) e textos com informação numérica (operações aritméticas), com a intenção de investigar os diferentes níveis de alfabetismo, cotejando-os com as exigências da vida diária e do trabalho.

Como conclusões extraídas dos resultados dessa etapa, temos dados interessantes para a ampliação do conhecimento sobre alfabetismo. A autora afirma que, no contexto urbano, mais do que no rural, os indivíduos são intensamente expostos a escritos de diversas naturezas e que as oportunidades de escolarização são maiores, assim como o acesso a jornais, revistas, livros etc. Mas a origem rural dos habitantes da cidade de São Paulo influencia seu domínio das habilidades de leitura.

O nível de escolaridade dos pais também influencia positivamente o desempenho dos sujeitos, mas mesmo entre os sujeitos cujos pais têm escolaridade superior, apenas metade deles chega a atingir o nível mais alto detectado pelo teste.

Há uma correlação significativa entre a presença de materiais escritos em ambiente doméstico de origem e o

desempenho dos sujeitos nos textos de prosa esquemáticos, mas não com relação aos textos de informação numérica.

O grau de escolaridade é a influência mais decisiva no desempenho, mas também há grande variabilidade nos níveis de habilidade atingidos por pessoas com o mesmo grau. Portanto, conclui a autora, outras variáveis de contextos não-escolares têm influência no desempenho.

Observou-se também uma correlação entre idade e gênero e o desempenho dos sujeitos. Os indivíduos que têm até 34 anos apresentam melhor domínio nos textos esquemáticos. O domínio de textos com informação numérica é observado nas faixas etárias a partir dos 25 anos. Nos textos em prosa, uma proporção um pouco maior de mulheres atinge os níveis mais altos de desempenho e nos textos de informação numérica o desempenho dos homens é superior ao das mulheres.

Há ainda uma forte correlação entre o nível de inserção profissional e as competências em leitura, o que coincide com o fato de algumas funções e contextos profissionais favorecerem a manutenção ou desenvolvimento de habilidades adquiridas, mas a autora aponta para o fato de que somente pessoas com alto nível de escolarização são aceitas em determinados empregos. A condição socioeconômica é outra variável que influencia no desempenho, considerando que maior poder aquisitivo favorece o acesso a alguns materiais escritos como livros, jornais etc.

Nos capítulos quarto e quinto, Vera Ribeiro apresenta ao leitor o modo como se desenrolou a etapa qualitativa da pesquisa, realizada com os objetivos de compreender como os aspectos levantados

anteriormente interagem em histórias particulares de alfabetismo e observar como as práticas de leitura e escrita inserem-se em orientações atitudinais. Para tanto, é feita uma análise não só dos resultados, mas também dos processos de resolução de tarefas.

Os sujeitos foram agrupados em quatro graus de alfabetismo: baixo, médio-baixo, médio-alto e alto. É interessante observar que, apesar de exceções, algumas classificações não correspondem ao nível de escolaridade de alguns sujeitos. Antonio, um homem com apenas uma série de escolarização formal, obteve o grau médio-alto de alfabetismo.

Em diversas colocações, a autora ressalta que as condições de interlocução permitiram às entrevistadoras observar que as dificuldades dos sujeitos na resolução das tarefas em diversas situações não eram resultado de dificuldades cognitivas, mas sim de limitações lingüísticas para o tipo de tarefa solicitada. Esse fato exalta a importância que teve a análise qualitativa para a compreensão do desempenho dos sujeitos.

Foram identificados quatro domínios atitudinais: em relação à *subjetividade* (interesse por leitura de literatura geral, escrita de cartas pessoais, textos religiosos e outros com fins não-pragmáticos); relativas à *busca de informação*, primeiramente as necessárias à resolução de problemas práticos e, posteriormente, as relacionadas ao interesse por se manter informado; *estratégias de planejamento de controle da própria atividade*, tais como agenda, controle de orçamento, relatórios e outros; e relativas à *aprendizagem sistemática* tendo em vista a atualização e a formação continuada.

Algumas observações interessantes merecem atenção especial. Os sujeitos classificados como graus baixo e médio-baixo, em sua maioria, relatam que seus primeiros contatos com a escrita, incluindo a matemática, ocorreram na escola e consistiram em atividades de cópia mecânica e memorização em situações vexatórias de exposição pública das dificuldades. Já os sujeitos agrupados como graus médio-alto e alto relembram suas primeiras experiências com a escrita na própria família, ouvindo histórias ou presenciando as pessoas lendo cartas, jornais etc. As pessoas que se alfabetizaram na idade adulta descrevem os textos relativos às necessidades de leitura impostas pelo cotidiano como sendo aqueles que os levaram a aprender a ler e a escrever. Isso denota que o significado do texto contribui grandemente para o desenvolvimento de atitudes favoráveis em relação ao alfabetismo.

Um outro aspecto importante foi a observação de que conhecimentos prévios entram como recurso auxiliar na resolução das tarefas. As pessoas com nível baixo e médio-baixo de alfabetismo lançam mão de seus conhecimentos prévios sobre os conteúdos dos textos para compensarem as dificuldades impostas pelas atividades de leitura e interpretação. Os sujeitos classificados como médio-alto e alto graus de alfabetismo também utilizam-se de seus conhecimentos prévios, mas estes incluem as informações já adquiridas sobre o tipo de texto que estão lendo, sua formatação, a linguagem própria de cada gênero discursivo, o que os leva a responderem mais adequadamente que os sujeitos dos grupos anteriores às solicitações da pesquisa.

No sexto e último capítulo, "Implicações pedagógicas", Vera

Ribeiro retoma as considerações teóricas apresentadas no início da obra, relacionando-as com os resultados da pesquisa, incluindo uma avaliação do percurso histórico em que o tema alfabetismo vem sendo traçado.

Constata que não é suficiente apenas centrar as preocupações teóricas e práticas na condição de alfabetismo que ultrapassa o domínio da leitura e da escrita. Os problemas do alfabetismo no contexto brasileiro são de tal complexidade que uma linha de intervenção única dificilmente seria eficaz. O alfabetismo emerge como traço comum a várias atividades: a escolarização, a ciência, a tecnologia, a burocracia e a política.

A autora afirma que é responsabilidade da escola a orientação sistemática para o fomento de atitudes favoráveis à leitura e à aprendizagem. As atitudes exigem a vivência de situações reais para serem desenvolvidas e essas situações reais incluem a diversidade de uso que a sociedade faz da escrita. A aproximação dos estudantes a outras agências de alfabetismo, tais como bibliotecas, centros culturais, redes de comunicação, entre outras, também é responsabilidade da escola.

Enfim, a obra desenvolvida por Vera Maria Masagão Ribeiro extrapola as discussões teóricas em torno do tema alfabetismo, trazendo considerações pertinentes a uma pesquisa prática que pode reorientar as visões e futuros projetos. É extremamente louvável seu esforço de centrar novamente o foco das atenções na educação de jovens e adultos, agora com o auxílio de uma profunda análise das condições sociais e pessoais em que o alfabetismo se desenvolve e suas

implicações no desenvolvimento de atitudes favoráveis a ele.

*Maria Helena Costa Braga Schmidt*  
Doutoranda da Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo

MOROSINI, Marília,  
SGUISSARDI, Valdemar  
(orgs.). *A Educação Superior em periódicos nacionais*.  
Vitória: FCAA/UFES, 1998.  
319 p.

Esta coletânea é resultado de um amplo projeto de pesquisa, cuja iniciativa e participação envolve uma rede acadêmica de pesquisadores filiados ao Grupo de Trabalho Política de Educação Superior, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Trata-se de um primeiro resultado tornado público do Projeto Integrado "A Produção Científica sobre Educação Superior no Brasil, 1968-1995: Avaliação e Perspectivas", que, com o apoio do CNPq, reúne vários pesquisadores e bolsistas de doze importantes universidades e centros de pesquisa do país.

Empenhada em traçar o panorama e a trajetória desta produção científica, a equipe de trabalho tem como objetivo "a identificação de categorias de natureza política, sociológica, econômica, filosófica, que perpassam os temas de investigação, as justificativas, os referenciais teóricos, a metodologia e os resultados de pesquisa ligados ao objeto, bem como seus possíveis desdobramentos no contexto brasileiro" (p. 16).

Para se ter a dimensão do empreendimento, na primeira etapa do trabalho, em uma "exploração pioneira", foram identificados,

sistematizados e devidamente analisados cerca de 7.000 documentos, incluindo artigos, dissertações e teses de publicação nacional. Esta coletânea, atendo-se a 27 periódicos selecionados e examinados segundo sua relevância no cenário nacional, apresenta as características institucionais e editoriais e a história de cada publicação, além do modo como a temática do ensino superior se apresenta em cada uma delas.

As especificidades das produções pesquisadas determinaram a organização do livro, cujos três capítulos e apêndice tratam, respectivamente, da presença da produção científica sobre o ensino superior em periódicos de educação superior propriamente dita, em periódicos de educação, em periódicos de temática geral e, por fim, em outros periódicos e em teses e dissertações.

No excelente texto introdutório, "A produção científica sobre Educação Superior: anotações para um debate", Maria de Lourdes Fávero (UFRJ), num esforço de elucidação da própria pesquisa, reflete sobre o sentido da produção do conhecimento científico a partir de questões como: o que se entende por produção científica? Como se dá o trabalho dessa produção? Quem responde por ela? O que é um autor? Nessa linha, acaba por justificar com pertinência o sentido do conjunto da obra, ao admitir que "essas reflexões nos remetem aos estudos na área da História e da Sociologia da Ciência no País, que têm como preocupação procurar conhecer como é produzida a ciência no contexto brasileiro, e como essa produção poderá contribuir para outros estudos e para a elaboração de políticas científicas" (p. 39).

O Capítulo I compõe-se de quatro textos que tratam da